



**AgEcon** SEARCH  
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

*The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library*

**This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.**

**Help ensure our sustainability.**

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

[aesearch@umn.edu](mailto:aesearch@umn.edu)

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

DA IDENTIDADE DE RESISTÊNCIA À IDENTIDADE DE PROJETO NO  
TERRITÓRIO DO SISAL, (BAHIA): O CASO DA APAEB-VALENTE

GUSTAVO BITTENCOURT MACHADO;

INSTITUTO NACIONAL AGRONÔMICO PARIS-GRIGNON (INA-PG)

PARIS - ZZ - FRANÇA

[gubimac@yahoo.com.br](mailto:gubimac@yahoo.com.br)

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

SOCIOECONOMIA SOLIDARIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Grupo de pesquisa: Socioeconomia solidária e desenvolvimento local

Forma de apresentação: apresentação com presidente da sessão e sem presença de debatedor

Título: Da identidade de resistência à identidade de projeto no território do sisal,  
(Bahia): o caso da APAEB-Valente

## Resumo

O presente texto baseia-se na história de consolidação do projeto APAEB-Valente, salientando o processo histórico de aumento da complexidade e da pluralidade regionais, quando as comunidades rurais passaram a participar, deliberar e decidir sobre as ações a serem implementadas; entretanto hoje ao se estudar o sistema agrário gado-policultura com sisal, é possível conceber a institucionalidade da APAEB como modelo de desenvolvimento para as demais experiências dos agricultores familiares e como política pública de intervenção do Estado. No processo histórico de reestruturação da economia sisaleira, esse desenvolvimento em curso e a busca da complexidade são sinônimos de multifuncionalidade no espaço rural. Trata-se da passagem de uma agricultura monofuncional centrada principalmente na exploração do sisal, para uma agricultura multifuncional, destacando-se a indústria de beneficiamento e processamento de sisal, produção de carpetes e tapetes da APAEB.

Palavras- chave: desenvolvimento local, território, identidade, sistema agrário, sisal

## Introdução

Hoje tratar da economia sisaleira do interior do Estado da Bahia significa considerar a experiência da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB) do município de Valente. Essa associação e as condições históricas nas quais ela se afirmou mudaram o horizonte da região<sup>1</sup>, garantindo perspectivas de permanência dos agricultores familiares nela inseridos, diante das mais inóspitas condições climáticas de sobrevivência. Isso se deve fundamentalmente a mudanças nas relações sociais de produção, da passagem de uma relação subordinada ao capital comercial e industrial, a uma relação horizontal de cooperação. Romper estruturas sociais de dominação seculares não consiste num processo rápido e exige persistência, disciplina e organização dos movimentos sociais. Daí porque a APAEB já ter sido por demais estudada.

E preciso compreender e admitir que se trata de um movimento de classe e, que, portanto, de uma antítese social diante de um estado de dominação secular (Marx). Trata-se da passagem de uma *identidade de resistência a uma identidade de projeto* no sentido de Castells (2000), com mudanças das condições concretas e objetivas de boa parte da população local.

---

<sup>1</sup> Segundo a Companhia de Desenvolvimento Regional (CAR, 1994), a região sisaleira é composta de 27 municípios que integram 3 regiões econômicas do Estado da Bahia: Nordeste, Piemonte da Diamantina e Paraguaçu.

Outro aspecto a ressaltar considera a dimensão cultural como condição de acúmulo de saberes, tradições, identidades com a capacidade de auto-organização da população pobre (Nascimento, *ibid*), salientando, desse modo, a dimensão comunitária, quando o surgimento de repertórios culturais alternativos pode ser determinante em processos de mudança mais rápidos, fortalecendo o capital social comunitário, mediante participação dos beneficiários ou destinatários das ações, como sujeitos do desenvolvimento (*ibid*).

A APAEB atua em dezessete municípios do semi-árido, onde se encontra a economia sisaleira, demonstrando ser possível implementar um projeto de desenvolvimento que venha a melhorar a vida dos agricultores familiares, diversificando as atividades. Entre os municípios, encontra-se o município de Valente, a 270 km de Salvador, com 19.129 habitantes, com 50,35% de sua população, morando na zona rural, segundo o Censo Demográfico de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

### *O zoneamento geoambiental*

Nesse trabalho, esta-se tratando do Sertão, onde se localiza o território produtivo da APAEB-Valente, particularmente, no ecossistema *caatinga*, onde se desenvolveu o sistema agrário gado-policultura com sisal. É preciso destacar que se verificam estudos com diferentes regionalizações. Para o Estado da Bahia, o sistema agrário gado-policultura com sisal localiza-se na Região Econômica Nordeste da Bahia, que não se confunde com a noção espacial Nordeste do Brasil. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão federal, o sistema agrário localiza-se na microrregião geográfica de Serrinha. Há, portanto, uma diversidade de regionalizações que obedecem a diversos critérios segundo os órgãos de planejamento federal ou estadual. No curso do trabalho, será feita menção a essas referências espaciais.

Na região econômica Nordeste da Bahia, segundo a CAR (2000), do ponto de vista da geologia regional, há duas grandes províncias: uma formada por rochas plurimetamórficas e polifásicas do pré-cambriano inferior, agrupadas no Complexo Caraíbas-Paramirim, pertencente ao Craton de São Francisco e que corresponde ao embasamento cristalino, ocupando a porção sudoeste que vai dos municípios de Uauá à Serrinha, compreendendo 35% da região. A segunda província é formada por rochas sedimentares, representadas pela bacia de Tucano, onde se destaca a formação Marizal, ocupando cerca de 30% da área.

A região econômica Nordeste da Bahia situa-se numa das áreas mais inóspitas do Estado da Bahia, inserida no Polígono das Secas, apresentando índices de chuva inferiores a 800 mm anuais.

O clima nessa unidade é quente, semi-árido e apresenta dois períodos chuvosos: o primeiro, em maior proporção, ocorre na região mais seca (sertão), com período chuvoso de outubro a abril, e o segundo ocorre na região de clima mais ameno (agreste), com período chuvoso de janeiro a junho.

A região econômica Nordeste da Bahia esta inserida no domínio das caatingas<sup>2</sup>, em cerca de 70% de sua área total, havendo zonas de contato com os cerrados e floresta caducifólia, como áreas de transição climática e variações pedológicas. A caatinga não se apresenta homogênea, mas em mosaico descontínuo, com predominância de vegetação de aspecto arbóreo aberto, às vezes mais densa ou mais rarefeita e de menor porte, em função das condições locais de disponibilidade hídrica. As espécies desta formação vegetal apresentam mecanismos de defesa durante os períodos de déficit hídrico, como caducidade de suas folhas, caules suculentos e formação de espinhos.

O bioma caatinga possui um baixo poder de regeneração, associado a solos rasos e pedregosos, quando submetido à ação humana, necessitando um longo período de pousio para a sua recuperação. No período seco, a sua biomassa diminui muito. Segundo a CAR (2000), na classificação fitoecológica, essas formações vegetais correspondem às regiões das estepes (caatinga) e as áreas de tensão ecológica são representadas pelas feições de contato: estepe-floresta estacional; savana (cerrado)-estepe e savana-estepe-floresta. Ocorrem manchas isoladas de savana, principalmente ao sul, associadas a solos mais arenosos.

Todo o Sertão possui clima quente com temperaturas médias anuais em torno de 25° C, oscilando de de 20°C a 28°C na região da bacia do Itapicuru – que varia de uma estação a outra – e com uma amplitude térmica anual inferior a 5° C, típico das regiões de baixa latitude. Quanto ao regime de chuvas, há duas estações definidas: uma chuvosa compreendendo os meses de verão e outono, e outra, mais comprida, seca, que se estende pelos meses correspondentes ao inverno e à primavera. Há uma estação de fartura e outra de privações. A seca surge quando, com o verão, não vêm as chuvas. Para alimentação suplementar dos animais, o sertanejo utiliza palhas e restolhos das culturas de milho, algodão e utiliza o mandacaru, o facheiro, o xique-xique e a macambira.

O sistema agrário gado-policultura com sisal situa-se na bacia do Rio Itapicuru, que ocupa uma área de 35.883 km<sup>2</sup>. A caatinga cobre 60% da região e a bacia do Itapicuru possui 80% de suas terras localizadas no Polígono das Secas. A Chapada Diamantina e a Serra de Itiuba destacam-se no relevo da bacia, com altitudes que variam de 0 a 800m, alcançando 1000m.

A FAO (1996), em estudo sobre a agricultura familiar no Nordeste do Brasil, ao tratar da região sisaleira, utilizou; como grande unidade de paisagem, o resultado da sobreposição de mapas de solo e vegetação, clima, recursos hídricos e recursos agro-socio-econômicos, incluída na Depressão Nordestina, com base em fotos aéreas, estando sua superfície situada entre 100 e 500 metros de altitude, apresentando suave inclinação, produzida por longos períodos de erosão.

---

<sup>2</sup> Caatinga não é a palavra que exprima uma associação vegetal uniforme como demonstrou o biogeógrafo Walter Albert Egler, segundo Andrade (1998), em estudo feito em Pernambuco, mas um conjunto enorme de associações, ora mais, ora menos densas, umas de maior, outras de menor porte. Nas zonas mais favoráveis e onde a densidade demográfica é mais elevada, domina a agricultura. Naquelas em que o manto de decomposição das rochas é pouco espesso a agricultura não pode desenvolver-se, domina a pecuária e é mais baixa a densidade demográfica.

A EMBRAPA/CPATSA realizou um zoneamento agroecológico, em 1993, para o Nordeste do Brasil, com objetivo de subsidiar os órgãos de desenvolvimento na elaboração de propostas de intervenção no meio rural. Abrangendo todo o Nordeste do Brasil e parte de Minas Gerais, o estudo baseou-se na metodologia de sistemas agrários, dividindo a região em 20 Grandes Unidades de Paisagem (GUP), envolvendo 172 Unidades Geoambientais (UG). A GUP “F” Depressão Sertaneja cobre parcialmente oito dos nove estados da região Nordeste.

A região sisaleira compreende duas UGs, respectivamente, F6 e F16, incluídas na Depressão Sertaneja, que possui o maior número de UGs (34). Com uma área total de 368.216 Km<sup>2</sup>, a Depressão Sertaneja compreende 22,16% da superfície da região Nordeste, onde se desenvolve o sistema gado-policultura (agricultura tradicional associada a uma atividade comercial)

Segundo a FAO (1996), o sistema gado-policultura pode ser encontrado em todos os estados abrangidos pela GUP, sendo que a combinação gado-subsistência-algodão predominou nos estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, durante quase um século; a incidência do bicudo do algodoeiro e a queda de fertilidade do solo vêm transformando as áreas em zonas de forte migração. A substituição do algodão pelo sisal, mamona, caju e peles, redefinindo regiões e os sistemas agrários que as caracterizam, serviu para proporcionar novos empregos e renda, compensando, em parte, o êxodo rural.

A GUP F Depressão Sertaneja é caracterizada como uma paisagem típica do semi-árido nordestino, com superfície de pediplanação monótona, relevo predominantemente suave-ondulado e cortada por vales estreitos, com vertentes dissecadas.

O sistema agrário gado-policultura com sisal insere-se também na Unidade geoambiental do Pediplano Sertanejo (PS), que se refere a extensas superfícies surgidas a partir de processos erosivos, que expõem o embasamento cristalino na forma de uma depressão intermontana. Ocupa toda a extensão ocidental e corresponde ao verdadeiro Sertão, segundo a CAR (2000). A paisagem é homogênea, seca e com predominância de cobertura vegetal do tipo caatinga, cuja monotonia é quebrada por morros. As rochas são gnáisses e granitos e seus derivados, ocorrendo também calcários. O escoamento superficial torrencial favorece o afloramento dessas rochas. A sua posição geográfica, entre planaltos e serras, contribui para a ocorrência do clima semi-árido, que, associado à hidrogeologia regional de característica fissural, é pouco favorável à formação de aquíferos com água de boa qualidade e grande vazão, havendo uma escassez de água, agravada pela própria rede de drenagem de regime intermitente, através dos Rios Vaza-Barris, Itapicuru, Jacuipe e Inhambupe.

Essa unidade geoambiental distribui-se em 70% do sistema agrário gado-policultura com sisal. Em algumas áreas há processos de desertificação, havendo solos rasos e ou arenosos, agravados pelas atividades agropecuárias e de mineração.

O Rio São Francisco e seus afluentes, além de outros rios de menor importância, cortam praticamente toda a unidade. O potencial hídrico da área é elevado nas áreas marginais

do Rio São Francisco e seus afluentes perenes. Há cerca de 665 açudes em toda a GUP, com capacidade de armazenamento de 61 bilhões de m<sup>3</sup>. A qualidade da água é bastante variável, em função do tipo de embasamento. O potencial hidrogeológico pode ser estimado como baixo e muito baixo na maior parte da área da unidade, chegando alguns poços a terem 60,0 metros e vazão de 1,3l/s, sendo as águas carregadas de sais, na maioria dos casos. Há déficits hídricos acentuados em vários graus de intensidade aumentando vulnerabilidade da atividade agropecuária.

A bacia do Itapicuru, onde se situa o sistema agrário gado-policultura com sisal, é formada pela união das águas dos Rios Itapicuru-Açu e Itapicuru-Mirim, que cortam a Serra de Jacobina e se unem próximo à cidade de Queimadas. O rio principal, o Rio Itapicuru, é intermitente em alguns trechos e recebe sua contribuição subterrânea, quando atravessa a Bacia de Tucano, atingindo a perenização na faixa costeira, indo desaguar na cidade de Conde, na costa do Estado da Bahia. Outra bacia de menor porte, com a bacia do Rio Jacuipe, compreende o sistema agrário gado-policultura com sisal.

#### *O sistema agrário gado policultura com sisal*

O sistema agrário historicamente predominante no sertão foi o da pecuária extensiva, como atividade viabilizadora da ocupação, da consolidação dos cercamentos particulares e da formação de um território, mediante constante desmatamento da caatinga.

Segundo a FAO (1996), a região sisaleira da Bahia apresenta pelo menos quatro aspectos que a credenciam como bastante representativa da região Nordeste: a) a grande concentração de pequenas propriedades; b) predomínio da natureza familiar na organização da produção; c) generalização, por todo o semi-árido, do sistema gado-policultura, combinando-se uma atividade comercial (algodão, mamona, sisal, peles) e d) inserção da região sisaleira na unidade de paisagem mais abrangente e representativa da região Nordeste.

A introdução do sisal na Bahia remonta ao início do século XX (1903), mas sua expansão, como cultura de importância econômica ocorreu em 1940, durante a 2ª Guerra Mundial, quando houve aumento da procura pela fibra natural para a indústria naval. Na década de 60, o estado da Bahia torna-se líder nacional na produção da fibra, passando o estado da Paraíba. O apogeu permanece até a década de 70.

O sisal ou agave sisalana é originário da península de Yukatan, no México, sendo que, segundo Pinto *apud* Santos (2002), os primeiros bubilhos de sisal foram trazidos da Florida para o Brasil e introduzidos no Recôncavo da Bahia por Horacio Uripia Junior, que desejava explorá-lo na sua propriedade; porém, no Recôncavo da Bahia, em virtude das frequentes chuvas, não foi possível tal exploração. A média de chuvas em Valente é inferior a 600 mm, enquanto em Salvador, próxima ao Recôncavo, a média pluviométrica é de 1902,4 mm por ano.

Com a substituição da indústria de fios de caroá pelo plantio comercial de sisal, nos anos quarenta, o sertão baiano reuniu condições efetivas de integração ao mercado estadual com possibilidades reais de expansão aos mercados nacional e internacional,

ocorrendo nos anos 1950 e 1960. A exploração comercial da matéria-prima, a fibra do sisal, era importante para a indústria de fiação do centro-sul do Brasil, gerando divisas ao atender a demanda dos mercados dos Estados Unidos e da Europa. (Nascimento, 2003).

Em 1940, uma usina foi instalada em Valente por Décio Monte Alegre e José de Araújo Góis, sendo objetivo preparar a fibra do sisal para comercialização. Outras usinas foram criadas ao mesmo tempo em que se instalavam novas lavouras. A planta que até 1950 foi cultivada em terras de lavouras de subsistência pôde desenvolver-se.

O desenvolvimento inicial do sisal foi ganhando forças devido ao contexto mundial e à destruição das plantações em países como Filipinas, Quênia, Moçambique, produtores de fibras naturais, durante a Segunda Guerra Mundial. Isso abre um espaço, criando uma demanda que acaba impulsionando o desenvolvimento da cultura no Brasil. Em 1942, o Brasil estava na lista dos países importadores de sisal e já em 1946, já estava presente nas estatísticas como país exportador.

Segundo a CAR (1994), a articulação com o mercado nacional e internacional foi concretizada com a exploração do sisal através do fornecimento de matéria-prima para a indústria de fiação do Centro-Sul do Brasil e das exportações para os mercados dos EEUU e da Europa após a 2ª Guerra Mundial.

O sisal de cultivo no Nordeste é cultivado numa das áreas mais secas, que corresponde territorialmente a cerca de 10% da área total do semi-árido nordestino. O plantio comercial favoreceu o surgimento de municípios como Araci (1956), Valente (1958) e Ichu (1962). Os municípios de Feira de Santana e Serrinha nasceram da dinâmica gado-pastoreio.

Com o surgimento de sucedâneos sintéticos derivados de petróleo, nos anos 1960, ocorre diminuição de preço da fibra de sisal no mercado internacional. A produção em larga escala da indústria química implicou a queda de preços da fibra sintética, como principal bem substituto da fibra de sisal, ocasionando uma crise regional. Pode-se apontá-la como a primeira crise estrutural da economia sisaleira.

Para Santos (2002), a região se estrutura voltada para a gestão de uma infra-estrutura para a produção de sisal para exportação. Ao mesmo tempo em que produz a riqueza de uma pequena elite oligárquica, reprodução a pobreza do trabalhador e a vulnerabilidade do sistema agrário aos condicionantes do mercado externo. Na década de 70, o sisal era conhecido como o *ouro verde do sertão*.

Nessa década o sisal chegou a experimentar sua fase de apogeu, provocada pelo choque do petróleo, que encareceu os preços concorrentes das fibras sintéticas, fazendo com que as fibras naturais alcançassem preços em torno de US\$1.000,00 a tonelada.

O sistema agrário dominante por toda a extensão da Depressão Sertaneja é do tipo gado-policultura. Do ponto de vista pedológico, há dois tipos principais de solos: os terrenos de massapé e os tabuleiros. Os terrenos de massapé são de melhor qualidade com solos



de tipo argiloso e muito argiloso, escuro e raso. O relevo apresenta pequenas ondulações e depressões.

Os tabuleiros são os terrenos mais altos, considerados inferiores para a cultura do sisal, milho e feijão, e mais adequados ao plantio da mandioca. São terrenos geralmente arenosos e ou pedregosos, cuja vegetação nativa é mais rarefeita que no massapé.

Segundo a FAO (1996), as zonas menos férteis, de tabuleiros, possuem áreas de ocupação mais recente e outras de ocupação mais antiga. Nas de ocupação mais recente, onde as lavouras são pouco desenvolvidas, a bovinocultura extensiva é dominante, predominando a pecuária ultra-extensiva em campo aberto, como um sistema de criação tradicional onde o gado é criado solto, cabendo a ele procurar seu alimento. Há também os criatórios mistos de caprinos e ovinos deslanados.

O sistema agrário gado-policultura, especificamente na área do sisal, articulou-se mundial e historicamente, teve a sua ocupação caracterizada por grandes latifúndios na pecuária extensiva.

Nas zonas mais férteis, mais valorizadas do ponto de vista da renda fundiária, desenvolve-se uma agricultura diversificada ao lado da bovinocultura. As lavouras destinam-se ao mercado local, com exceção das atividades de exportação, como sisal. Diferentemente do conjunto tradicional constituído pelo feijão-milho/algodão herbáceo e mandioca, trata-se de grande lavoura comercial realizada nas grandes e médias propriedades.

Na região sisaleira da Bahia, mesmo num sistema de pecuária/agricultura tradicional integrada ao mercado, a permanência da atividade dominante para exportação significa combinações mais complexas da lavoura com a pecuária, como a convivência e competição de rebanhos bovino, caprino e ovino com a policultura vegetal. Isto se agrava pelo excesso de minifúndios, falta d'água e ma qualidade das cercas.

O sistema gado-policultura demonstra não so a associação lavouras-criatório, mas uma outra forma de associação denominada consórcios, sendo os mais dominantes as combinações de feijão, milho e mandioca a fim de reduzir riscos e garantir a sobrevivência da família. Os grãos e a farinha de mandioca são destinados ao autoconsumo familiar, sendo as vendas ocasionais.

Nos anos 1980, os preços e a demanda no mercado externo caem bastante, provocando diminuição do número de sisalais, impulsionando um processo migratório para os grandes centros estaduais e nacionais.

Durante a década de 1990, a lavoura do sisal sofre um retrocesso em virtude das sucessivas quedas do preço internacional da fibra de sisal, dando lugar ao avanço dos criatórios, expansão da pecuária bovina, em detrimento da lavoura. O sisal passa a ser tratado menos como fibra para exportação, que forrageira complementar à pecuária.

Segundo a FAO (1996), a valorização das terras, em decorrência da introdução de forrageiras mais resistentes como o capim de búfalo (*Buffeel grass*), o conseqüente

cercamento e a subdivisão das terras, juntamente com o crescimento demográfico, acirrou a competição entre os rebanhos e as lavouras, gerando problemas da associação agricultura-criatório. Ambos sistemas, de cultivo e criação, estão interligados num sistema que possui coerência interna e racionalidade econômica, determinando um tipo de trajetória tecnológica.

O sistema agrário gado-policultura apresenta uma estrutura fundiária caracterizada pela existência do grande latifúndio, de um lado, e de um processo de minifundização, de outro, seja por venda ou herança. Segundo a CAR (1994), a estrutura fundiária impede o pequeno agricultor de obter excedente, deixando-o extremamente vulnerável quando a seca atinge a produção. Isso se reflete econômica e socialmente, facilitando a acumulação do meio de produção mais importante da agricultura e reproduzindo relações políticas das mais perversas.

#### *Da identidade de resistência à identidade de projeto*

A formação e a consolidação do território da APAEB-Valente são característicos de um processo de afirmação de uma identidade. A exemplo de Castells (2000), a revelação da identidade de um coletivo social, da condição de resistência à elaboração de um projeto. E a passagem da identidade de resistência à identidade de projeto.

Entende-se por identidade a fonte de significação e experiência de um povo, segundo Castells (2000). Quanto aos atores sociais, identidade é o processo de construção de significado com base num atributo cultural, ou um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras formas de significado. Identidades constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação. As identidades também podem ser formadas a partir de instituições dominantes e somente assumem tal condição quando os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização.

As identidades organizam significados, considerados como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada pelo ator. O significado organiza-se em torno de uma identidade primária (uma identidade que estrutura as demais) auto-sustentável ao longo do tempo e do espaço. Quem constrói a identidade coletiva e para quem essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem.

Castells (2000) propõe três formas e origens de construção da identidade:

*Identidade legitimadora:* introduzida pelas instituições dominantes da sociedade a fim de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais.

*Identidade de resistência:* criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos.

*Identidade de projeto*: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.

Segundo Castells (2000), identidades que começam como resistência podem acabar resultando em projetos, ou mesmo tornarem-se dominantes nas instituições da sociedade, transformando-se em identidades legitimadoras para racionalizar sua dominação. Nenhuma identidade pode constituir uma essência e nenhuma delas encerra valor progressista ou retrogrado se estiver fora de seu contexto histórico.

A identidade legitimadora da origem a uma sociedade civil, um conjunto de organizações e instituições, assim como uma serie de atores sociais estruturados e organizados que, de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural. A identidade de resistência leva à formação de comunas, ou comunidades. Segundo Castells, trata-se do tipo mais importante de construção de identidade, pois da origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão estruturada historicamente.

O terceiro processo de construção de identidade, a identidade de projeto, produz sujeitos, que são o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência. A construção da identidade consiste em um projeto de uma vida diferente, com base numa identidade oprimida, expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade.

Essa construção da identidade, segundo Castells (2000), significa que as pessoas, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e uma identidade cultural, comunal, sendo necessário um processo de mobilização social, em que as pessoas precisam participar de movimentos urbanos, pelos quais são revelados e defendidos interesses em comum e a vida é compartilhada, e um novo significado pode ser produzido.

As comunidades locais, construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidades, que consistem em reações defensivas contra as condições impostas pela desordem global e transformações, incontroláveis e em ritmo acelerado.

O fato de uma comunidade ser construída em torno de uma identidade de resistência não significa que resultara em uma identidade de projeto. Pode permanecer na condição de comunidade defensiva. Pode tornar-se um grupo de interesse e aderir à lógica da barganha generalizada, predominante na sociedade em rede. Em outros casos, identidades de resistência podem tornar-se identidades de projeto, voltadas à transformação da sociedade, dando continuidade aos valores da resistência comunal oferecida aos interesses dominantes sustentados pelos fluxos globais de capital, poder e informação.

Os projetos de identidade surgem a partir da resistência da comunidade e não da reconstrução das instituições da sociedade civil, pois a crise verifica-se nessas

instituições, aliada ao surgimento das identidades de resistência. A resistência e os projetos contradizem a lógica dominante da sociedade em rede ao entrar em lutas defensivas e ofensivas, tendo como cenário o espaço, o tempo e a tecnologia.

As identidades são tão importantes e poderosas nessa estrutura de poder em constante mutação, porquanto constroem interesses, valores e projetos, com base na experiência e recusam-se a ser dissolvidas estabelecendo uma relação específica entre natureza, história, geografia e cultura. As identidades fixam as bases de seu poder em algumas áreas da estrutura social e organizam sua resistência ou seus ataques na luta informacional pelos códigos culturais que constroem o comportamento e novas instituições, como afirma Castells.

Ao mesmo tempo, Castells vai afirmar que pelo fato de que a nossa visão histórica de mudança social esteve sempre condicionada a batalhões bem ordenados, estandartes coloridos e proclamações calculadas, ficamos perdidos ao nos confrontarmos com a penetração bastante sutil de mudanças simbólicas de dimensões cada vez maiores, processadas por redes multiformes, distantes das cúpulas de poder. São nesses recônditos da sociedade, seja em redes eletrônicas alternativas, seja em redes populares de resistência comunitária, que Castells tem notado a presença de embriões de uma nova sociedade, germinados nos campos da história pelo poder da identidade. Trata-se da história da APAEB, constituindo um novo território, afirmando uma nova identidade no semi-árido baiano, a partir de um projeto de desenvolvimento.

Conforme Nascimento (2003), a produção familiar sertaneja foi a única garantia ao direito de propriedade sobre a terra durante muito tempo. Aquele que trabalhasse na terra poderia herdar seus frutos, manter a família e a comunidade em geral. O excedente físico existia e era formado pelo acúmulo de pequenas parcelas do que sobrava da produção familiar. As famílias que não tivessem condições de subsistir dignamente recebiam uma ajuda de um fundo comunitário, formado pelo acúmulo de doações das famílias, administrado pelas lideranças comunitárias.

O mutirão era outra instituição social importante e adotado nas pequenas propriedades, utilizado na derrubada da mata, a semeadura, a limpeza da roça, colheita, edificação de casas, construção ou conservação de estradas vicinais, fechamento de um braço de rio para a realização da pesca, conservação de açudes. O mutirão cumpria uma função ética e lúdica, relacionado a momentos de alegria, fortalecendo os laços comunitários e de sociabilidade.

A partir do trabalho de evangelização das pastorais rurais, pelos catequistas leigos, representantes locais da igreja católica, que as experiências efetivas de organização dos pequenos agricultores no semi-árido baiano começaram a surgir. A ação missionária intensificava-se, valorizando os produtos dos agricultores familiares, realizando denúncias das mutilações pelo desfibramento do sisal, defendendo a lavoura sisaleira e combatendo o trabalho infantil (Nascimento, 2003).

As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) surgem para atender às ações mais voltadas aos interesses dos agricultores familiares, que não necessariamente os de cunho religioso. As CEB's ajudavam a luta sindical e as associações comunitárias. Em 1967,

com o surgimento do Movimento de Organização Comunitária (MOC), com sede em Feira de Santana, sob a orientação da Caritas Brasileira, órgão fundado em 1956 pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), incrementam-se as condições objetivas para ampliação da ação política junto à população.

O MOC atuou, no início dos anos 1970, na promoção de ações sociais de caráter organizacional na promoção do desenvolvimento comunitário e combate à exclusão social, afirmando-se como uma organização não-eclesial. No quadro abaixo, apresentam-se as primeiras ações do MOC.

Quadro 1: Ações e iniciativas desenvolvidas pelo Movimento de Organização Comunitária

<b>Ações</b>	<b>Objetivo das iniciativas</b>
Armazenamento (em silos) da produção agrícola	Formar estoques para exigir preços melhores no mercado
Fundo rotativo	Fornecer empréstimos de pequeno valor aos pequenos agricultores na fase do plantio e armazenamento da safra
Bodegas comunitárias	Criar um espaço próprio de comercialização (com preços mais acessíveis ao agricultor) e de convivência social onde os agricultores pudessem trocar idéias e fazer negócios
Roças comunitárias	Realizar experimentos técnicos com os pequenos agricultores participantes, investindo na multiplicação do aprendizado
Assistência técnica agrícola	Fornecer acompanhamento mais sistemático e organizacional ao trabalho agrícola e auxiliar na organização das comunidades
Promoção de eventos	Realizar dias de estudo, encontros e seminários no intuito de gerar laços de coesão entre comunidades diferentes, tornando acessível e freqüente a troca de informações e de conhecimentos através de treinamentos, bem como pela constituição de laços de amizade e discussão de problemas/necessidades comuns.

Fonte: Nascimento (2003, p. 42)

O MOC tinha a finalidade de melhorar a comercialização dos produtos, garantir a prática de preços mais justos e combater os intermediários. Além disso, práticas político-educativas eram promovidas, como a promoção da informação a fim de o agricultor poder se planejar melhor; valorização a fim de o agricultor utilizar melhor os estoques disponíveis de seus produtos na comunidade; e a regulação a fim de o agricultor poder negociar no mercado, em condições menos desfavoráveis, a compra e venda de seus produtos (Nascimento, 2003).

No final de 1970, num dos eventos promovidos pelo MOC, discutiu-se a cobrança de imposto sobre os excedentes da produção agrícola dos agricultores familiares. Havia a cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) sobre os produtos que os pequenos agricultores transportavam às feiras livres. A exigência de nota fiscal na comercialização de quaisquer produtos agrícolas revoltava os pequenos agricultores uma vez que as receitas das vendas não compensavam as multas e não cobriam os custos de produção; e ainda o agricultor perdia um dia de trabalho para se deslocar para a cidade, para solicitar a nota fiscal, como forma de continuar comercializando seus produtos na cidade (Nascimento, 2003).

O chamado Movimento do ICM intensificou o processo de afirmação social, aprimorando as condições locais e regionais de articulação de organização dos agricultores familiares. Havia outros problemas a resolver pelo MOC, como a ausência de crédito para a comercialização e a falta de condições para armazenar seus produtos expunham os agricultores a constrangimentos financeiros, tendo que vender sua produção antes da colheita para os atravessadores, que cobravam juros elevados. Para pagar dívidas, os agricultores eram obrigados a desfazer-se de patrimônio (Nascimento, 2003). O MOC decide criar uma associação de pequenos agricultores que funcionasse, como uma cooperativa, e que atuasse na concessão de créditos. Em 1980, cria-se a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), com a participação de líderes rurais de vários municípios, técnicos do MOC e representantes eclesiais. A associação ficou sediada nos municípios de Serrinha, Feira de Santana, Ichu, Araci e Valente.

Para Nascimento (2003), a APAEB funcionaria de forma híbrida, como uma associação e uma cooperativa, e concebida para exercer um papel político, social e econômico simultaneamente, investindo em cidadania ativa, na reestruturação da pequena propriedade rural e na elevação do padrão de vida do agricultor sertanejo. A APAEB, mesmo tendo adotado uma estrutura administrativa formal, aparentemente flexível, apresentava-se rígida e centralizadora. A estrutura formal compunha-se de uma coordenação executiva, que centralizava todas as decisões, e de comissões municipais, que atuavam reproduzindo essa centralização no nível local, condicionando o envolvimento e a participação dos associados.

As duas posições relativas à maneira como a APAEB deveria ser conduzida administrativa e politicamente foram defendidas nos dois primeiros anos de funcionamento. Uma enfatizava a profissionalização do quadro administrativo com a contratação de gerentes e técnicos; a outra enfatizava a participação direta do agricultor na administração e gerenciamento das atividades, para que ele não ficasse à mercê de decisões técnico-gerenciais de não-agricultores (Nascimento, 2003).

Quanto à profissionalização (ou qualificação) do quadro administrativo, a preocupação era com a responsabilidade em gerir uma associação sustentada com empréstimos nacionais e estrangeiros (a fundo perdido ou não), para que adquirisse autonomia financeira e não ficasse dependente ou economicamente vulnerável, tornando-se presa fácil do jogo do mercado e do jogo político local. Essa perspectiva mais profissional teve desdobramento maior na experiência da APAEB-Valente, a primeira das APAEB's

a se manter sem o apoio direto do MOC, conseguindo sua própria autonomia (Nascimento, 2003).

Os principais projetos econômicos na fase inicial da APAEB foram os Postos de Venda e os Armazéns Comunitários. Foram instalados três postos: em Feira de Santana, Serrinha e Valente (1982). Para a construção e implantação da sede da APAEB em Serrinha e das filiais em Feira de Santana, Serrinha (Povoado de Subaé), Valente, Ichu e Araci, a partir de 1981, cerca de 70% foram consumidos, inclusive com a compra de terreno, assim como no pagamento da folha de salários e no capital de giro dos Postos de Vendas (Nascimento, 2003).

A APAEB-Valente foi uma exceção porque, além de ter conseguido a doação do terreno para a construção de sua sede, aplicou de modo mais eficiente os recursos financeiros em suas atividades de Posto de Vendas e Armazenamento, economizando parte dos mesmos com a realização de mutirões para construir as instalações.

Um aspecto interessante a ressaltar é o programa de armazenamento, que consistiu numa forma de valorização da produção agrícola regional e uma forma de garantir um estoque para a comercialização e regulação dos preços no mercado. Essa estratégia sofreu restrições porque, quanto à produção de alimentos, a agricultura regional possui baixa produtividade do trabalho, havendo pouco excedente, uma vez que o autoconsumo absorve a quase totalidade da produção familiar, tratando-se realmente de um problema estrutural do semi-árido.

Os produtos agrícolas do programa de armazenamento eram feijão, farinha de mandioca e milho. A APAEB armazenava-os em silos em depósito próprio, pagando ao pequeno agricultor no ato da compra o preço vigente (o “preço do dia”) comprometendo-se a negociar os produtos de forma planejada e racional no mercado. Se a associação conseguisse um preço melhor em relação ao que foi pago para o agricultor, ela repassava a diferença, descontando os custos de armazenamento e transporte. Problemas de natureza administrativo-gerencial implicaram prejuízos financeiros em virtude do crescimento dos custos do armazenamento. Em Valente, a APAEB local delegou um responsável (um agricultor associado melhor orientado) que recebia uma ajuda de custo para cuidar da atividade, acompanhando todas as etapas, que eram claramente definidas: recebimento do produto, medição, pesagem, armazenagem apropriada, cuidados rotineiros e controle dos estoques. A atividade foi melhor coordenada segundo Nascimento (2003).

A seca prolongada de 1979 a 1983 afetou toda a produção agropecuária, explicando boa parte dos fracassos nos Postos de Vendas e Programas de Armazenamento, forçando uma queda acentuada na renda familiar e na produção agrícola, prejudicando a política de comercialização da APAEB e obrigando os agricultores a venderem tudo que tinham para continuarem alimentando suas famílias, pois, em épocas de seca, a escassez de produtos agrícolas leva à deterioração nos preços pagos ao produtor.

Em meados dos anos 1980, a proposta de descentralização da APAEB foi aceita cabendo a cada município encontrar seu próprio caminho. As APAEB's de Serrinha e Valente apostaram em projetos econômicos específicos. A APAEB-Serrinha implantou

o Moinho de Milho Comunitário (Moinho de Fubá) e a APAEB-Valente implantou a Central de Beneficiamento e Comercialização da fibra do sisal (Batedeira do sisal), em Valente, sendo as atividades mais importantes.

Foi na segunda metade dos anos 80 que a questão do sisal revelou-se um grande desafio para o movimento social. Revitalizar a principal lavoura da região era uma questão de honra para o movimento social. A Batedeira Comunitária de Sisal da APAEB-Valente começou a funcionar a fim de beneficiar a fibra do sisal e agregar-lhe valor. Além disso, dava-se mais atenção à forma como o pequeno produtor de sisal, dispondo da força de trabalho da própria família, lidava com o plantio, os tratos culturais, o corte, o desfibramento, a lavagem e a secagem da folha do sisal. Para a APAEB-Valente, controlar a atividade econômica do sisal era uma questão de honra, como afirma Nascimento (2003).

A Batedeira Comunitária da APAEB-Valente consistia na possibilidade de eliminar o atravessador e aumentar o poder de barganha do pequeno produtor em relação às Batedeiras particulares, sendo que valorizar o sisal passava a ser o objetivo de médio e longo prazos da associação, intervindo em toda a cadeia produtiva do sisal. Já estava determinado o processo de descentralização municipal da APAEB.

O Moinho de Milho em Serrinha vai-se inviabilizar mais tarde e as APAEB's de Feira de Santana, Serrinha, Araci e Ichu ficam praticamente estagnadas, vindo a ter novo ânimo em meados dos anos 1990 em virtude dos efeitos irradiadores da APAEB-Valente quanto à valorização do sisal. Em 1991, a APAEB-Valente participa, em Roma, Itália, de uma reunião realizada pela FAOONU, com os principais representantes dos países produtores e consumidores de fibras vegetais, tomando-se conhecimento dos principais problemas pelos quais passava a produção comercial de sisal, a necessidade de implantação de um Centro Tecnológico para o Sisal, e na industrialização da produção sisaleira a fim de alcançar mercados internacionais (Nascimento, 2003).

A APAEB-Valente começou a exportar no momento em que a Suécia liderava na Europa uma campanha para o financiamento da produção e consumo ambientalmente correto de fibras vegetais (agave, henequém e demais fibras duras), movimento que já ocorria nos Estados Unidos e Canadá. Um dos incentivos previstos era o de maior mecanização do processo de desfibramento para evitar a poluição causada aos reservatórios e rios, como ocorria na África, e evitar a mutilação humana, como no Brasil (Nascimento, 2003).

A APAEB-Valente, quando vislumbrou a possibilidade de geração de maiores oportunidades de emprego e renda com o aproveitamento da vocação produtiva regional, ao implantar uma Batedeira Comunitária de Sisal, viu a possibilidade de investir num projeto de montagem de uma Fábrica de Tapetes e Carpetes, assim como a possibilidade de superar um modelo perverso de exploração do trabalhador rural (Nascimento, 2003).

Após cinco anos de obstáculos, entre 1984 e 1989, patrocinados pelo cartel dos exportadores tradicionais de sisal, a licença para exportar foi obtida junto ao Ministério da Fazenda.



Para garantir a solvência financeira da atividade com o sisal, a associação criou um mecanismo para captar recursos financeiros, uma espécie de caderneta de poupança, informal, que servisse para a formação de capital de giro para a Batedeira Comunitária e também para os agricultores e demais pessoas depositarem pequenas quantias, tendo acesso aos seus recursos no momento que melhor conviesse. A Poupança APAEB, portanto, consistiu num programa, criado no final de 1990, a fim de captar recursos financeiros e oferecer em troca uma remuneração ao aplicador (poupador), servindo de instrumento para reunir um certo capital de giro suplementar para viabilizar a atividade com o sisal, e tornar a uma população de baixa renda um serviço típico de instituições bancárias convencionais.

Segundo Nascimento (2003), houve uma rápida formação de “capital de confiança”, pois os depositantes, na sua maioria, composta de pequenos agricultores, passaram a apostar efetivamente do sisal porque haviam tomado consciência da sua importância. A medida que algumas atividades iam conseguindo viabilidade, vários programas iam sendo mantidos com recursos financeiros, técnicos e logísticos. A capacidade de envolver mais atores no desenvolvimento de suas atividades dava à APAEB-Valente vantagens que as outras APAEB's não tinham.

Atualmente, entre as instituições nacionais e internacionais que têm parceria com a APAEB-Valente, destacam-se Sindicatos de Trabalhadores Rurais, igrejas, Pólo Sindical, Movimento de Mulheres, CES (Salvador/Ba), CERIS (Rio de Janeiro), MOC (Feira de Santana/BA), VITAE (São Paulo), BILANCE (Holanda), DISOP (Bélgica), Fundação Doen (Holanda), Fundação Heinrich Boll (Alemanha), Fundação Kellogg (EUA), Inter-American Foundation (EUA), Kreditbank (Bélgica), Manos Unidas (Espanha), MISERIOR (Alemanha), MLAL (Itália), Pão para o Mundo (Alemanha) e SOS-PG (Bélgica).

Com a implantação da Fábrica de Tapetes e Carpetes, a APAEB-Valente atua em toda uma cadeia extensa de valor, desde o pequeno agricultor, que planta, colhe, desfibra e seca as folhas do sisal até a confecção de tapetes e carpetes para exportação, inclusive para o mercado doméstico.

Conforme relato de Nascimento (2003), com as seguidas reuniões na FAO, em Roma, os dirigentes da APAEB buscaram informações mais precisas sobre o mercado internacional de fibras vegetais que serviram para subsidiar os primeiros estudos de viabilidade econômica da fábrica. Visitas *in loco* para conhecer o processo fabril na Bélgica, e a contratação de uma assessoria externa para adequar a produção local aos padrões internacionais foram fundamentais na decisão de se implantar a fábrica.

Em termos internacionais, a vantagem comparativa da fábrica em Valente em relação aos maiores países produtores de tapetes/carpetes (Bélgica, Índia e México) decorria do fato de a APAEB-Valente receber matéria-prima diretamente dos agricultores familiares, a ela vinculados, e de contar com sua própria capacidade de organização social.

Para implantar a fábrica, a APAEB-Valente contou com o apoio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 75% dos recursos, num total de 2,5 milhões de dólares, do DISOP (Bélgica), 20%, e recursos próprios da ordem de 5%, para cumprir a primeira etapa de investimentos para as instalações físicas e compra do maquinário, garantindo uma capacidade de produção de 518.000 m<sup>2</sup>/ano de carpetes/tapetes de sisal. Numa segunda etapa, planejou investir mais 75% do total de recursos da primeira etapa, aumentando-se a capacidade para 1.544.000 m<sup>2</sup>/ano. A fábrica possui 5.800 m<sup>2</sup> de área construída, perfazendo uma área total de 30.000 m<sup>2</sup>. (Nascimento, 2003).

O preço médio da tonelada do sisal se comporta conforme a qualidade das fibras após serem beneficiadas, separadas e classificadas por tipos. A fibra beneficiada de tipo 2 para o pequeno produtor passou de R\$160,00/t, em 1995, para R\$300,00/t, em 1998, e para R\$322,00/t, em 1999. A fibra de tipo 3 variou entre R\$260,00/t e R\$370,00/t, em 1996 e 1999, respectivamente. A nova variedade, de melhor qualidade, criada pela associação, a de tipo “extra”, variou de R\$460,00/t para R\$480,00/t em 2000, pagando cerca de 48% a mais que o mercado regional para quem a produziu (Nascimento, 2003).

Uma das intervenções pontuais da APAEB-Valente foi a de regular os preços de mercado do sisal na região. A recuperação sustentada da lavoura sisaleira depende da evolução dos preços pagos ao produtor, da continuidade no financiamento da lavoura, do regime das chuvas na região e de condições favoráveis no mercado internacional à valorização das fibras naturais; como também, internamente, de uma política de incentivos para a produção sisaleira (Nascimento, 2003).

Entre as ações da APAEB-Valente, segundo Nascimento (2003), destacam-se:

- a) aproveitamento de energia solar: incentivo e difusão do uso de coletores solares para iluminação doméstica e para eletrificação de cercas em criatórios de caprinos e ovinos, melhorando a infra-estrutura econômica;
- b) impedimento do êxodo rural: ensino e aprendizagem de técnicas que permitam melhorar o rendimento da propriedade rural, promoção de cursos/eventos/encontros de lideranças e divulgação, constante de informações, fomentando a coesão social.
- c) envolvimento na elaboração de políticas públicas: estímulo à participação da sociedade civil na criação de conselhos municipais, fórum de discussões, reuniões e seminários, promovendo a cidadania ativa;
- d) melhoramento das condições ambientais: incentivo à regeneração do ecossistema através do reflorestamento e da preservação da fauna e da flora típicas do sertão, preservando os recursos naturais;
- e) conhecimento formal/informal: garantia de ensino fundamental aliado ao ensino técnico em cultura de criatórios de animais e outros experimentos através da Escola Família Agrícola (EFA), dando suporte ao autodesenvolvimento.
- f) beneficiamento autoreprodutivo e incentivado: proveito e apropriação de conhecimento a respeito da caprino-ovinocultura e de sua cadeia produtiva leite-carne-couro, criando mecanismos de geração de ocupação-renda.

- g) provimento de crédito com assistência técnica adequada: implantação de fundo rotativo, utilização do crédito rural e garantia de investimentos (cooperativas de crédito) para financiar a pequena propriedade rural ou a ocupação rural agrícola e não-agrícola, permitindo a redistribuição da renda.

A recusa da APAEB em aceitar que no semi-árido as áreas inferiores a 100 hectares são inviáveis economicamente acabou estimulando-a a demonstrar que o que ainda falta são investimentos, desenvolvimento tecnológico apropriado, assistência técnica constante, criação de oportunidades e políticas sociais de abrangência micro e macro-regionais, a fim de revalorizar e revitalizar o sertão, onde a maior parte da população rural mora em condições bastante precárias em propriedades de 2,5 e 50 hectares, das quais 70% ocupam áreas inferiores a 20 hectares. As ações da APAEB-Valente mostraram que a viabilidade socioeconômica da pequena produção rural depende da capacidade de organização, profissionalismo e busca de alternativas inovadoras (Nascimento, 2003).

A partir do final dos anos 1970, as grandes áreas de cultivo foram reduzidas, destruídas ou transformadas em pastos, gerando um processo de empobrecimento de agricultores familiares e trabalhadores rurais. A cultura do sisal passou a ser cultivada por pequenas propriedades de agricultores familiares, categoria social que manteve a lavoura na região.

#### *O microcrédito e o banco de desenvolvimento: a COOPERE*

Em 1993, estrutura-se a COOPERE – Cooperativa Valentense de Crédito Rural, filiada ao SICOOB, Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, integrando o Banco Cooperativo do Brasil (BANCOOB), com o objetivo de dar apoio financeiro aos pequenos agricultores da região sisaleira da Bahia, como única cooperativa de crédito de pequenos produtores. Varias cooperativas surgiram depois dela, sendo que hoje há 50 cooperativas de crédito no Estado da Bahia.

A COOPERE possui três linhas de ação: fornecer crédito rural a fim de que os agricultores aumentem sua produção e renda; formação do associado e de seus familiares, ajudando-os a adquirir mais conhecimentos; atendimento aos associados através das agências do SICOOB-COOPERE, funcionando como banco, podendo fazer qualquer operação financeira. Hoje atua em 21 municípios, contando com 5600 associados, sendo a maior cooperativa de crédito da região.

Em parceria com outras entidades sindicais e comunitárias, promovem o desenvolvimento sustentável à medida que ajudam os agricultores a aumentar sua produção, comercializar os produtos, preservar os recursos naturais, a qualidade de vida dos agricultores e da comunidade. Fazem parte desse processo o crédito e a capacitação, como cursos, treinamentos, seminários, visitas.

A COOPERE atua como banco de desenvolvimento e firma convênios com a APAEB para que haja assistência técnica em conformidade com o fornecimento do crédito, realizando cursos de capacitação para os agricultores beneficiados com o crédito mediante convênio com outras instituições, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Além de contar com recursos repassados pelo governo federal do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), a Coopere centraliza as operações financeiras da associação, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de outras pessoas das comunidades e de entidades da sociedade civil. Constam ainda duas linhas de crédito, como o Fundo Rotativo-Criatório e o Fundo Rotativo-Energia Solar, programas de distribuição de pequenos financiamentos (Nascimento, 2003).

As linhas especiais de crédito são baseadas na equivalência produto, ou seja, os empréstimos concedidos são convertidos em quilos de carne caprina/ovina e reconvertidos em dinheiro na época do pagamento, de acordo com o preço da carne caprina/ovina no mercado (pagamento em espécie). Esse procedimento permite ao pequeno agricultor uma idéia palpável do custo financeiro do empréstimo, tornando o serviço bancário mais próximo da realidade dele. Há um baixo índice de inadimplência, variando entre 3 e 5% em períodos normais e chegando a 25% em períodos de seca (Nascimento, 2003).

As cooperativas de crédito difundiram-se pela região com o respaldo do movimento social. Mais oito municípios passaram a contar com tais instituições: Serrinha, Araci, Pintadas, Inhambupe, Feira de Santana, Conceição do Coité, Nova Fátima e Rio Real. Criaram a Associação das Cooperativas de Crédito do Estado da Bahia (ASCOOB), com sede em Feira de Santana, e estão integradas ao Sistema Brasileiro de Bancos Cooperativos (SICOOB). Até agosto de 2000, as cooperativas alcançaram 23.869 cooperados, um volume de operações de crédito de cerca de R\$65 milhões e um capital social, no sentido contábil, de pouco mais de R\$14 milhões. De 1994 a 2000, foram fundadas 34 cooperativas, 19 postos e 53 pontos de atendimento no Estado da Bahia.

Voltada para a promoção do desenvolvimento regional, a cada ano, tem-se verificado um aumento significativo do número de associados, passando de 340 em 1994 para 7313 em 2003. A Coopere é uma sociedade de pessoas, sendo que seus membros contribuem conforme suas possibilidades, para formar o capital social da instituição, dando aos associados o direito de decidir independentemente do valor que tem integralizado em assembléia, o destino das sobras anuais e, quando for o caso, a responsabilidade por possíveis perdas.

A distribuição das sobras anuais entre os associados deve obedecer às disposições estatutárias e legais, sendo feitas após a destinação de 30% para o Fundo de Reserva, garantindo possíveis perdas futuras e 10% para o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES). Os recursos do FATES têm sido aplicados nas atividades de formação e capacitação dos colaboradores e dirigentes. O associado tem seu capital social remunerado em 12% ao ano, podendo o valor ser superior a partir de decisão da Assembléia Geral.

O capital da cooperativa cresce a cada ano. Em 1994, a cooperativa inicia suas atividades com mais de R\$4000,00, chegando, em 2002, a R\$541.184,00, e, em 2003, a R\$870.021,00. Quanto aos depósitos à vista, em 1994, havia em torno de R\$14.000,00, sendo que, em 2002, este volume atingiu R\$2.354.995,00. Quanto aos depósitos a

prazo, em 1994, eles somavam um pouco mais de R\$8.000,00, chegando a R\$5.462.000,00 em 2003.

Os empréstimos concedidos aos associados cresceram de R\$150.459,00 em 1995, para R\$2.742.582,00, em 2003 a fim de que pudessem investir na atividade produtiva. Os empréstimos pessoais aumentaram também, passando de R\$15.000,00 em 1994, para R\$6.153.521,00 em 2003.

Também se observa o crescimento do número de associados da COOPERE, considerando os municípios isoladamente no período de 2002 e 2003. Em Valente, houve um aumento de 22,48%; Quixabeira, 29,83%; Nova Fátima, 36,50%; Conceição do Coité, 57,06%; Capim Grosso, 27,91%; Retirolândia, 45,80% e Gavião, 31,00%. Quanto aos empréstimos rurais, entre 2002 e 2003, houve um aumento desses empréstimos nos municípios: em Valente, 6,28%; Quixabeira, 690,3%; Nova Fátima, 191, 77%; Conceição do Coité, 244,97%; Capim Grosso, 163,59%; Retirolândia, 90,24% e Gavião, 526,5%.

Observa-se a importância da Coopere no desenvolvimento da região quando se observam o volume de recursos e empréstimos realizados pela instituição e a agência de um banco oficial, o Banco do Brasil, no município de Valente.

#### *Considerações finais: a existência de dois projetos políticos antagônicos*

E preciso considerar que hoje há dois projetos políticos divergentes, duas concepções de desenvolvimento que se contradizem. Uma desenvolvida pela APAEB, que consegue reunir as forças produtivas centradas na agricultura familiar para implementar um modelo de desenvolvimento endógeno, de “dentro para fora”, que influencia o preço final de sisal pago aos agricultores; e outro modelo centrado de “fora para dentro”, que não visa alterar as relações sociais, de produção e de comercialização e que beneficia investidores exógenos à região. Trata-se da política fomentada pelo Governo do Estado.

Enquanto a APAEB concebe a região, valorizando as potencialidades, a partir de uma concepção de convivência com a seca, o Governo do Estado da Bahia concebe a região como deprimida e problemática, desenvolvendo ações de combate à seca, implementando diversos programas que não alteram as relações sociais.

Segundo Santos (2002), enquanto a APAEB visa aumentar o valor agregado dos produtos regionais através das diversas iniciativas de diversificação produtiva, o Governo do Estado da Bahia incentiva a atração de empresas de outras regiões e até de outros países, com a justificativa de valorização do produto regional, o sisal, a exemplo da Companhia Industrial Têxtil do Brasil (CORDEBRAS), de origem portuguesa, implantada no município de Camaçari, Estado da Bahia, em 2002, com o argumento que vai dinamizar a cadeia produtiva do setor.

Outro exemplo consiste na implantação da Indústria de Calçados Via Uno, no município de Valente, que não possui nenhuma vocação municipal ou regional, nem com a matéria-prima, nem com a infra-estrutura para escoamento da produção, nem possui um mercado consumidor regional. Constitui-se em mais uma ação estatal, que atrai

industrias para a geração de empregos, com salários bem abaixo da média nacional, não trazendo transformações significativas na região. Santos (*ibid*) constatou que 96% das 214 pessoas da industria Via Uno recebem apenas um salário mínimo, hoje equivalente a R\$260,00 ou €\$73,00.

A APAEB continua desenvolvendo as seguintes ações:

- a) manejo adequado dos solos e das águas através da conscientização dos agricultores sobre a importância da preservação ambiental, do reflorestamento, da hidroponia e perfuração de poços.
- b) Introdução de novas tecnologias através do desenvolvimento de atividades, como a industrialização do sisal, o beneficiamento do leite caprino para a produção de iogurtes e doce; beneficiamento do couro dos ovinos e caprinos para a produção de uma grande diversidade de mercadorias. Em 2002, a pele do caprino que custava o R\$1,50 passou para R\$6,50, um aumento de 433%, enquanto a pele de ovino passou de R\$2,00 para R\$8,50, uma elevação de 425% a partir da instalação do curtume.
- c) A industria de tapetes e carpetes de sisal, diferentemente da maioria das industrias instaladas no Estado da Bahia, nos anos 1990, baseia-se no produto regional, utiliza a força de trabalho da região, proporcionando elevação dos salários. Lucros e salários circulam na região, sendo que os lucros da industria financia outras atividades da APAEB, como as ações socioculturais e de extensão rural.

O desenvolvimento deve ser liderado pelos grupos da região segundo as potencialidades regionais, a partir de processos de consolidação da autonomia dos atores locais. Esse processo pode delimitar a extensão de um território.

#### Referências bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correa de. *A terra e o homem no Nordeste – contribuição ao estudo da questão agrária no Brasil*. Recife: 6ª ed., Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1998.

BARROS, Maria Auxiliadora Lemos, CARVALHO, Orozimbo Silveira, SILVA, Odilon Reny Ribeiro Ferreira. Importância econômica e situação da cultura do sisal. *In* Silva, Odilon Reny Ribeiro, Beltrão, Napoleão Esberard de Macêdo. *O agronegócio do sisal no Brasil*. Brasília: EMBRAPA-SPI; Campina Grande: EMBRAPA – CNPA, 1999.

BELTRÃO, Napoleão Esberard de Macêdo, SILVA, Odilon Reny Ribeiro Ferreira. *In* Silva, Odilon Reny Ribeiro, Beltrão, Napoleão Esberard de Macêdo. *O agronegócio do sisal no Brasil*. Brasília: EMBRAPA-SPI; Campina Grande: EMBRAPA – CNPA, 1999.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo, Paz e Terra, 2ª ed., vol. II, 2000.

CARNEIRO, Maria José. *Camponeses, agricultores & pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

Cooperativa Valentense de Crédito Rural (COOPERE). *Relatorio Anual 2003*. Valente (BA), 2003.

Cooperativa Valentense de Crédito Rural (COOPERE). *Relatorio Anual 2002*. Valente (BA), 2003.

Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). *Recursos Hídricos do Estado da Bahia: ênfase no semi-árido*. Salvador, 1995.

DUFUMIER, Marc. *Les projets de développement agricole – Manuel d’expertise*. Paris-Wageningen. CTA-Karthala, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. Campinas, SP: UNICAMP, IE, 1999a (Coleção Pesquisas).

GRAZIANO DA SILVA, José *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999b.

Instituto Nacional e Colonização e Reforma Agrária/Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAOONU). *Agricultura familiar no Brasil: uma análise a partir do Censo Agropecuário de 1995/1996*. Brasília (DF), *Disponível em <http://www.incra.gov.br/fao>*. Acesso em 25.11.2004.

MAZOYER, Marcel, ROUDART, Laurence. *Histoire des agriculteurs du monde – du néolithique à la crise contemporaine*. Editions du Seuil, 2002.

MATTOSO, Luiz Henrique Capparelli *et al.* *Aplicação da fibra de sisal na indústria automobilística para reforço*. In Silva, Odilon Reny Ribeiro, Beltrão, Napoleão Esberard de Macêdo. *O agronegócio do sisal no Brasil*. Brasília: EMBRAPA-SPI; Campina Grande: EMBRAPA – CNPA, 1999.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. *Conviver o sertão – origem e evolução do capital social em Valente/BA*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1ª ed, 2003.

Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAOONU)/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). *A Agricultura familiar na região Nordeste*. Projeto UFT/BRA/036/BRA, 1996 (versão preliminar), mimeo.

SILVA, Odilon Reny Ribeiro Ferreira da *et al.* *Aproveitamento dos resíduos do desfibramento*. In Silva, Odilon Reny Ribeiro, Beltrão, Napoleão Esberard de Macêdo. *O agronegócio do sisal no Brasil*. Brasília: EMBRAPA-SPI; Campina Grande: EMBRAPA – CNPA, 1999.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e Silva, SILVA, Barbara-Christine Nenlwig. *Reiventando o território: tradição e mudança na região do sisal – Bahia*. In Revista de Desenvolvimento Econômico. Salvador (BA), ano III, n. 5, 2001.

SOUZA, Rafael Bernardino *et al.* *Uso da fibra de sisal para confecção de fios e cordas*. In Silva, Odilon Reny Ribeiro, Beltrão, Napoleão Esberard de Macêdo. *O agronegócio do sisal no Brasil*. Brasília: EMBRAPA-SPI; Campina Grande: EMBRAPA – CNPA, 1999.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *Especialização da agricultura e organização do espaço agrícola no Estado da Bahia*. Salvador: Série Estudos e Pesquisas, 2001.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *Mão-de-obra agrícola na Bahia*. Salvador. In Série Estudos e Pesquisas, 2000.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *Novos mundos rurais baianos*. Salvador: SEI, 1999.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *Relatorio da pesquisa Analise Regional da Bahia Rural*. Salvador: Convênio IICA/SEI, 2003.

TOLEDO FILHO, Romildo Dias. *Utilização da fibra de sisal na construção civil*. In Silva, Odilon Reny Ribeiro, Beltrão, Napoleão Esberard de Macêdo. *O agronegócio do*

*sisal no Brasil*. Brasília: EMBRAPA-SPI; Campina Grande: EMBRAPA – CNPA, 1999.